

Medidas Estruturais de Crédito

Abril de 2023

Secretaria de
Reformas Econômicas

MINISTÉRIO DA
FAZENDA





Tornar a economia brasileira
mais eficiente



Tornar o Brasil um país socialmente
mais justo

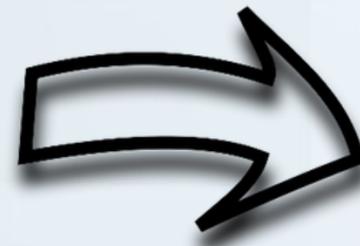
Medidas estruturais de crédito

MERCADO DE CRÉDITO

empréstimos □ títulos □ investidores

Eliminação de barreiras e
ineficiências

Reformas estruturais /
Modernização da legislação



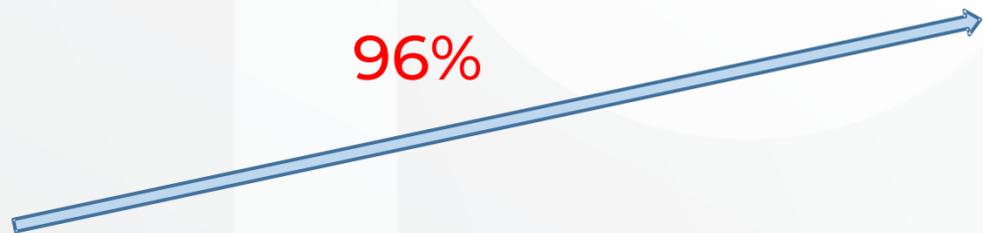
Facilitação do acesso ao
crédito

Redução do custo do crédito
e das taxas de juros ao
consumidor final

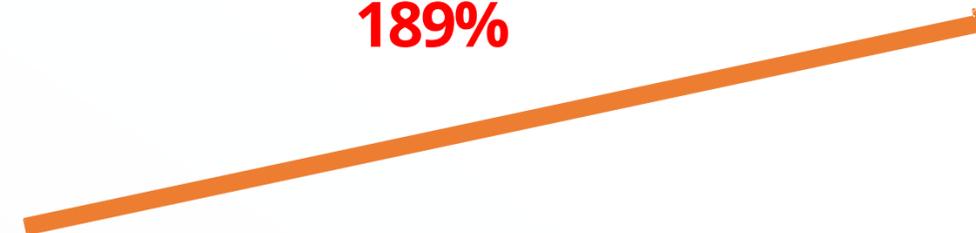
Medidas estruturais de crédito

MERCADO DE CRÉDITO BANCÁRIO

96%



189%



Medidas estruturais de crédito

MERCADO DE CAPITAIS

Valor de Mercado das Empresas
Listadas na Bolsa
R\$ 4,0 trilhões

PL Fundos de Investimentos
R\$ 6,3 trilhões

PL FIDCs
R\$ 377 bilhões

Medidas estruturais de crédito

MERCADO DE SEGUROS

Densidade – USD per capita (2021)

Países	Pessoas	Danos	Total
Brasil	160	130	290
Estados Unidos	1.837	6.356	8.193
Chile	246	299	545
Uruguai	215	244	459
México	115	134	247
Portugal	854	560	1.414
Espanha	591	960	1.551
Austrália	623	2.195	2.817
África do Sul	698	154	852
Japão	2.347	855	3.202

Faturamento
R\$ 356 bilhões

Penetração

3,5% PIB

Ativos Financeiros
R\$ 1,4 trilhão

Medidas estruturais de crédito

MEDIDAS

Crédito Bancário □ Mercado de Capitais □ Mercado de Seguros

Garantia para PPP de Entes Subnacionais

Aprimoramento das Garantias

Garantias com Recursos Previdenciários

Simplificação e Desburocratização do Crédito

Acesso a Dados Fiscais

Autorização / Moeda Digital

Infraestruturas do Mercado Financeiro

Regime de Resolução de Instituições do SFN

Superendividamento

Deb. Incentivadas - ESG

Proteção a Investidores

Cooperativas de Seguros

Normas de Seguro

Privado

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- REDUZIR INEFICIÊNCIAS
- MODERNIZAR A LEGISLAÇÃO DO SFN
- PROTEGER OS INVESTIDORES E CONSUMIDORES
- MELHOR FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SFN
- OTIMIZAR O PROCESSO DE UTILIZAÇÃO DE GARANTIAS

DEBÊNTURES Sociais incentivadas

DESAFIOS

- Insuficiência de recursos públicos para financiamento de investimentos em infraestruturas sociais e ambientais.
- Dificuldade de financiamento dos projetos de parcerias público-privadas nos setores de infraestrutura social (saúde, educação, segurança pública etc) e ambiental (parques e florestas) via mercado de capitais.

PROPOSTA

- Permitir a emissão de debêntures com isenção de imposto de renda para projetos desenvolvidos nos seguintes setores:
 - Educação
 - Saúde
 - Segurança pública e sistema prisional
 - Parques urbanos e unidades de conservação
 - Equipamentos culturais e esportivos
 - Habitação social e requalificação urbana

Novo Marco de Garantias

DESAFIOS

- Inadimplência é um dos principais elementos no **custo do crédito**, pois a taxa de recuperação atual é baixa.
- **Melhores garantias diminuem o custo do crédito**: quanto mais eficiente e mais rápida for sua execução, menores são as taxas de juros.
- **Garantias são subutilizadas por limitações legais**. Problemas na eficiência da execução extrajudicial da alienação fiduciária e a frequente judicialização da hipoteca fazem com que esta seja pouco utilizada.

PROPOSTA

- Extensão da alienação fiduciária.
- Alienação fiduciária da propriedade superveniente.
- Aprimoramento da alienação fiduciária de bem móvel.
- Execução extrajudicial da hipoteca.
- Execução de garantias com concurso de credores.
- Instituição do agente de garantias.

Garantias com recursos de previdência

DESAFIOS

- Participantes de planos de **previdência resgatam recursos antecipadamente** para cobrir **necessidade de liquidez** de curto prazo a custos potencialmente elevados.
- Utilizam linhas de crédito com **taxas de juros mais elevadas** (sem garantias), apesar de terem recursos em planos de previdência.
- Recursos disponíveis em:
 - planos de previdência aberta ~ R\$ 1,2 trilhão
 - títulos de capitalização ~ R\$ 20 bilhões

PROPOSTA

- Permitir o uso de recursos de previdência complementar aberta e de títulos de capitalização como garantias em operações de crédito, com efeito de redução das taxas de juros dos empréstimos.
- Prover liquidez para aplicadores de previdência, evitando resgates e incentivando a formação de poupança previdenciária.

SIMPLIFICAÇÃO e desburocratização do crédito

DESAFIOS

- **Procedimento para emissão de debêntures** mais **complexo** que dos demais instrumentos de dívida.
- **Exigência de documentos** em excesso dificulta e encarece o acesso ao crédito.

PROPOSTA

- **Debêntures:**
 - simplificar o procedimento de emissão.
 - permitir aprovação pelo Conselho ou Diretoria.
 - normatizar o desmembramento entre principal e juros (stripping).
 - flexibilizar o quórum para assembleias.
- **Empréstimos:**
 - Dispensa permanente de apresentação e verificação de determinados documentos.
 - CADIN: definir validade de 180 dias e ampliar escopo.
 - Aperfeiçoamento do contrato de comissão para utilização em operações de repasses de crédito.

Acesso A DADOS fiscais

DESAFIOS

- Elevado custo operacional para obtenção de dados cadastrais e acesso a informações fiscais de clientes geram ineficiências no mercado de crédito.
- Falta de acesso à base de dados contendo informações financeiras de pessoas jurídicas gera ineficiências ao processo de concessão de crédito.
- Informações cadastrais desatualizadas de pessoas físicas tornam o processo de cobrança mais caro e ineficiente.

PROPOSTA

- Simplificar a forma com que pessoas físicas e jurídicas o compartilhamento dados fiscais com instituições financeiras, tornando-a mais eficiente.
- Portaria para facilitar o processo de autorização para compartilhamento de dados, sem que o cliente precise sair do aplicativo da instituição financeira.
- Redução de custos burocráticos ao longo do processo de concessão de crédito, com maiores benefícios para pessoas físicas e pequenas empresas.

Autorização de bancos e moeda digital

DESAFIOS

- **Ausência de arcabouço legal** para emissão de **moeda digital soberana** pelo Banco Central
- Arcabouço legal **anacrônico e pouco flexível** para autorizações
- **Prazo longo** para concessão de novas autorizações.
- Exigências para a autorização **dificultam a entrada de concorrentes menores.**

PROPOSTA

- Esclarecer competência do Banco Central para o lançamento do Real Digital.
- Racionalizar processos de autorizações:
 - Autorizações graduais e modulares.
 - Foco nos dirigentes.
 - Uniformização de tratamento entre dirigentes, independentemente de sua natureza.
 - Melhorias nos processos de cancelamento.
- Criar instrumentos auxiliares de supervisão.

regime de Resolução bancária

DESAFIOS

- **Arcabouço legal** de liquidações, intervenções e regimes de administração especial temporária **está desatualizado**.
- Necessidade de previsão **de instrumentos mais modernos** que permitam atuação efetiva do BCB para intervenção em instituições em crise.
- **Adesão aos princípios internacionais** do Financial Stability Board.

PROPOSTA

- Aperfeiçoar a liquidação extrajudicial.
- Criar regime de estabilização para instituições sistemicamente importantes.
- Arcabouço comum para as instituições do sistema financeiro.
- Estabelece ordem de utilização de recursos:
 - Recursos privados de acionistas e dívidas subordinadas (Bail-in).
 - Fundo de resolução: compartilhamento de custos com o mercado.
 - Recursos públicos: apenas em última instância.

SUPERENDIVIDAMENTO

DESAFIOS

- **Crescimento da inadimplência e endividamento da população** no último ano, especialmente nas famílias de baixa renda.
 - Inadimplência da carteira de crédito (Pessoas Físicas): **3,3% (fev/22)** para **4,1% (fev/23)**.

PROPOSTA

- **Aumenta o valor do mínimo existencial de R\$ 303 para R\$ 600:**
 - **Ampliação da proteção ao consumidor, preservando-se o acesso ao mercado formal de crédito.**

Proteção a investidores

DESAFIOS

- **Insuficiência dos mecanismos de tutela privada** de direitos de acionistas minoritários.
- Mecanismos insuficientes de proteção abrem espaço para **abuso de poder** por acionistas controladores e administradores.
- **Mercado de capitais menos atraente aos minoritários** financia menos investimentos.

PROPOSTA

- Melhoria na governança das empresas participantes do mercado de capitais.
 - Ampliar a transparência de processos arbitrais.
 - Reequilibrar riscos e benefícios para as partes em processos judiciais e arbitrais.
 - Alterar a exoneração automática de responsabilidade de administradores.
 - Ampliar as competências da CVM.
 - Regulamentação das ações civis coletivas.

INFRAESTRUTURAS DO MERCADO FINANCEIRO

DESAFIOS

- **Arcabouço legal vigente defasado** em relação a avanços no mercado.
- **Alinhamento a padrões internacionais:** Principles for Financial Market Infrastructures (CPMI-IOSCO).
- Necessidade de **aprimoramento em dispositivos específicos** nos sistemas de pagamentos e de liquidação.
- **Falta de previsão específica** para o tratamento do risco geral do negócio.

PROPOSTA

- Aprimoramento na distribuição de competências entre BCB e CVM.
- Regulação dos administradores das infraestruturas quanto a organização, governança e obrigações, incluindo o tratamento do gerenciamento de riscos gerais do negócio e dos inerentes à liquidação.
- Redefinição da abrangência do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

COOPERATIVAS DE SEGURO

DESAFIOS

- Mercado de seguros doméstico com **baixa densidade e capilaridade**. (~ 3,5% PIB e USD 300 per capita).
- **Ausência de oferta** de seguros em diversos segmentos.

PROPOSTA

- Permitir que cooperativas de seguros operem em outros ramos de seguros, além dos já permitidos atualmente.
- Redução de barreiras de entrada e estímulo à competitividade e desenvolvimento do mercado.
- Ampliação da oferta de seguros para perfis de consumidores em segmentos de menor escala.

NORMAS DE SEGURO PRIVADO

DESAFIOS

- Capítulo referente ao Contrato de Seguro do Código Civil **defasado**.
- Necessidade de aprimoramento legal para **reforçar a proteção ao segurado**.

PROPOSTA

- Lei geral para os contratos de seguros.
- Modernização dos dispositivos do Código Civil.
- Reforço legal na proteção aos segurados.

Obrigado!

Secretaria de
Reformas Econômicas

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

